

Tecnologia e subjetividade: poder e discursividade à luz da *Microfísica do poder* em Michel Foucault

Thiago Calçado*

Resumo

A partir da perspectiva de Michel Foucault, a tecnologia, ao mesmo tempo em que suscita a proliferação dos discursos, multiplica os mecanismos de dominação, pela distribuição regulada e controlada dos indivíduos, tal como pode ser percebido nas redes sociais digitais. Nesse sentido, a possível participação política efetuada via internet pode se apresentar tanto como um lugar de manifestação individual de contestação, quanto a reprodução das estratégias de poder vigentes. Trata-se de investigar, portanto, a subjetivação em relação a linguagem do mundo virtual e seus impactos não apenas na comunicação, mas na própria sociedade.

Palavras-chave: Sujeito-Redes. Sociais-Filosofia-Poder-Tecnologia

Abstract

From Michel Foucault's perspective, the technology raises the proliferation of speeches at the same time that it also multiplies the mechanisms of domination by the regulated and controlled distribution of individuals as it can be seen in the social Medias. Therefore, the possible political participation made through the internet may be presented either as a place of individual manifestation of defense or as a reproduction of the strategies from the existing power. This is about investigating then the subjectivity regarding the language of the virtual world and its impact not only on the communication but also on the society itself.

Key words: Subject-Social. Media-Philosophy-Power-Technology

* Prof. Pós-graduação UNISAL – Centro Universitário Salesiano. Prof. Pós-graduação Mackenzie-SP. Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM. Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração Graduado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte. Graduado em Economia pela Instituição Toledo de Ensino. Mestre em Filosofia. Moderna e Contemporânea – Unesp/Marília. Doutor em Filosofia pela PUC-SP

1. Subjetividade e subjetivação: poder e discursividade em Michel Foucault

Foucault está inscrito na tradição filosófica crítica, de herança kantiana, e influenciado pela suspeita nietzschiana que marcou seu trabalho, sobretudo no período de maturidade. Sua filosofia, mais do que estabelecer uma ontologia, trata do pensamento como “*ato que coloca, em suas diversas relações possíveis, um sujeito e um objeto*”.¹ Assim, fazer filosofia seria efetuar uma análise nas condições nas quais se formaram ou modificaram essas relações entre saber e objeto, pois todo saber possível passa pela forma como o sujeito pôde se entender como sujeito e suas implicações “no” e “a partir do” objeto. Nesse sentido, a proposta foucaultiana não parte de uma ontologia, muito menos de uma teoria do conhecimento no sentido cartesiano, no qual o sujeito pensa o objeto e o define a partir da razão ou das ideias claras e distintas.

Em Foucault, trata-se antes de verificar as condições históricas, culturais, religiosas e de linguagem que fizeram com o que o sujeito se relacionasse com o objeto a partir do modo como foi suscitado a dizer-se, ou, como o próprio Foucault prefere a partir de seus textos, a “confessar-se”. A esse processo, ele dá o nome de subjetivação. “A questão é determinar o que deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu modo de subjetivação”.²

Em *Microfísica do Poder*, numa entrevista concedida a Alexandre Fontana, intitulada “Verdade e Poder”,³ Foucault assinala a importância que dá ao seu método genealógico do poder e sua relação na produção da subjetividade. Para ele, é preciso se livrar da ideia de um sujeito constituinte, livrando-se assim da percepção de um sujeito que seja o fundamento da verdade ou do próprio discurso. Trata-se, portanto, de inverter a perspectiva da subjetividade para a subjetivação, inserindo as relações de saber e dizer numa trama histórica, que implique domínios do objeto sem se referir a um sujeito e à procura de sua identidade vazia ao longo da história. Desse modo, o conjunto de situações, dispositivos e procedimentos nos quais os discursos afluem são mais importantes do que a averiguação metafísica, a constituição dos indivíduos e o conhecimento como objeto em si mesmo. Mais do que a investigação da subjetividade, “*a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações*”.⁴

Além disso, importa também a verificação de como uma coisa pôde se tornar objeto de um conhecimento possível, como pôde ser problematizada, por quais formas de recorte passou para que pudesse ser dita e considerada pertinente. Enfim, além de compreender o processo de subjetivação, importa verificar ainda o processo de objetivação. Pensar, mais do que definir os conceitos e articulá-los, implica estabelecer relações. A história do pensamento, nesse sentido, é a história da emergência

1 MOTTA, M. B. (Org.) Foucault. In: *Michel Foucault: Ética, sexualidade e política*. Coleção Ditos e Escritos. v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 234.

2 Ibidem, p. 235.

3 FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. p. 1-14.

4 Ibidem, p. 23.

dos jogos de verdade. Trata-se da história das veridicções, ou seja, do modo como se articulam os discursos capazes de serem entendidos como verdadeiros ou falsos, e as condições que o fizeram ser aceitos ou tomados como tais. Um sujeito que emerge, não emerge sem antes pagar o preço das veridicções, sem arcar com as consequências exigidas pelo modo como ele se diz no interior das relações de saber que, impreterivelmente, implicam um poder.⁵

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.⁶

Desse modo, não se podem analisar as relações de poder sem analisar o modo como os discursos emergem a partir das incitações propiciadas pelos mecanismos de dominação. Tal empreitada pode ser vista em Foucault em vários de seus trabalhos. Por exemplo, no que diz respeito à doença, trata-se de ver os modos como o paciente passou a ser visto dentro do discurso médico e como os procedimentos de diagnóstico e exames exerceram sobre os indivíduos um saber-poder, no qual o mesmo foi suscitado

a se verificar, se dizer.⁷ Pode-se perceber o mesmo no que diz respeito à loucura. O louco e depois o doente mental se submetem aos jogos dos discursos no qual o critério de normalidade passa a ser observado na relação entre um saber determinantes e um sujeito subjetivado pelas ciências ou pelo poder psiquiátrico.⁸

A própria sexualidade, constituída no interior dos mecanismos de confissão, sejam eles do poder pastoral da Igreja ou do poder disciplinar e regulador da moral burguesa, submeteu os indivíduos a se dizerem, se confessarem dentro de uma metodologia de investigação sobre os detalhes do comportamento sexual dos indivíduos. Se por um lado houve uma nova economia dos enunciados, estabelecendo-se onde se poderia falar de sexo, houve uma proliferação dos discursos, uma fermentação discursiva por parte do próprio governo para incitar institucionalmente o “falar sobre sexo” sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado.⁹ A prática se reduziu ao confessável, ao dito e ao esperado a ser dito das plataformas discursivas, conduzidas e propostas pelos mecanismos de saber e de poder.

2. Tecnologia, subjetividade e poder

A perspectiva foucaultiana e sua contribuição para um estudo da tecnologia não podem ser analisadas de maneira distinta à sua

5 Esse método filosófico foucaultiano foi a base de todo seu percurso intelectual e pode ser verificado em seus livros mais conhecidos: *História da Loucura, Arqueologia do Saber, Nascimento da Clínica, Vigiar e Punir, Microfísica do Poder* e, como especificaremos aqui, na *História da Sexualidade*.

6 FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Op. cit., p. 25-26.

7 Para uma abordagem das relações entre poder e subjetividade nas questões relativas a doença, sugere-se a leitura de *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

8 Para uma compreensão das relações entre subjetividade e loucura, aconselha-se a leitura de *A história da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

9 Cf. FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1. p. 24.

apropriação pelos mecanismos de produção de subjetividade e de incitação discursiva, na qual os sujeitos se produzem e se reduzem aos procedimentos nos quais são levados a se dizerem. Longe de um pensamento essencialista, ou antropológicamente pautado pela ideia de sujeito moderno, Foucault aponta o caminho da desconstrução das identidades entre pensamento e ser, no qual as tecnologias ocupam importante papel. Se o que cada indivíduo é está atravessado pelas relações de poder suscitadas pelos mecanismos de subjetivação, trata-se de ver como a tecnologia acelera esse processo, suscitando um ambiente no qual o jogo dos enunciados se insere e se confunde com o próprio poder, constituinte, regulador.

Nesse sentido, as plataformas e os procedimentos de interação ser humano-máquina se apresentam como dispositivos nos quais os sujeitos são produzidos, como lugares da própria subjetivação, nos quais o poder perpassa de maneira silenciosa, microfísica, promovendo, pela própria interação, um procedimento no qual cada indivíduo se torna não mais sujeito, mas objeto de um mecanismo envolvente. A perspectiva foucaultiana não investigará a ontologia da própria tecnologia, tal como se propunha Heidegger em *A questão da técnica*,¹⁰ mas permitirá um olhar perspicaz sobre a tecnologia, no qual cada indivíduo que se serve da mesma deve ser visto como elemento de um processo amplo no qual discursos e saberes se entrecruzam, criando relações de poder subjetivantes.

Apesar de Foucault não escrever algo específico sobre as relações entre tecnologia e

subjetividade, a compreensão dos mecanismos de subjetivação pelos processos de incitação discursiva e pelos jogos de poder permite uma interpretação da constituição dos sujeitos à luz da sua interação com as plataformas tecnológicas. Trata-se de ver a subjetividade para a além do dualismo objetivo cartesiano, mas como uma construção na qual indivíduo e máquina interagem, produzindo-se mutuamente. O ambiente propício para a verificação dessa abordagem foucaultiana talvez seja aquele permitido pela computação, com todas as suas variáveis.

A possibilidade da representação do pensamento pelos códigos binários, traduzidos em sinais visuais, e a infinita gama de cruzamentos discursivos derivados dessa inovação abrem um novo horizonte para o conhecimento humano no qual ser e saber já não mais excluem a mediação tecnológica. Cada dado inserido em um computador, cada arquivo acessado, cada documento compartilhado traz em si a produção discursiva assimilada e reconhecida em um sujeito que se diz, se insere. Desse modo, o processo de constituição do próprio sujeito, seguindo a perspectiva foucaultiana, já não se vê mais isento dos olhares criados e estabelecidos pelos computadores e sua interação com os seres humanos. Todavia, tal inovação traz consigo os mecanismos subjetivantes já explicados anteriormente, bem como suas relações de poder.

3. Internet, discursividade e subjetivação a partir das redes sociais

No interior das grandes mudanças trazidas pela revolução tecnológica, a internet talvez seja a que mais interferiu no âmbito

10 HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2007.

das relações humanas nos últimos tempos. A possibilidade de uma comunicação instantânea, de troca de informações e conteúdos e de interação entre os indivíduos a partir de uma única plataforma, a virtual, trouxe ao ser humano uma série de novos questionamentos que exigem da filosofia respostas sempre renovadas. O paradigma básico da comunicação (emissor x receptor) passa por uma série de transformações e, nesse sentido, o agir humano se vê indagado pela antiga questão da liberdade. As relações entre sujeito e objeto ganham um novo palco de interação. Isso proporciona ao sujeito um novo modo de se dizer e se confessar.¹¹ No interior dessas mudanças, ganhou força nos últimos anos um instrumento precioso para a visualização desse jogo de verdades já mencionado acima, as redes sociais virtuais.

Existem inúmeras redes sociais atualmente na internet. Algumas surgiram e desapareceram, outras se especializam em determinadas propostas ligadas a interesses específicos dos mais variados.¹² Tais redes começaram a se desenvolver no início da internet, mas foi a partir do ano 2000 que ganharam força. Posteriormente, com a expansão do acesso à *web*, as redes sociais se popularizaram. Além disso, o desenvolvimento das tecnologias de telefonia celular permitiu com que em qualquer lugar e a

qualquer momento do dia o acesso aos *sites* de relacionamento fosse possível. O surgimento dos *smartphones* e *tablets* apenas contribuiu para a inserção de milhões de pessoas nas redes sociais.¹³

A estrutura de uma rede social é simples e de fácil acesso a todos. Inicialmente exige-se a construção de um “perfil”, ou seja, sua identidade virtual a ser compartilhada na rede. Dentro da plataforma virtual, o indivíduo vai aos poucos se dizendo, inserindo seus dados que vão desde seu nome até aos interesses mais variados como gosto musical, filmes, livros etc. O perfil é de responsabilidade do próprio indivíduo e cabe a ele alimentá-lo a partir daquilo que ele deseja que seja visto pelos outros. A existência virtual vai ganhando vida com os detalhes que são sugeridos e, obviamente, com as fotos do perfil que sugerem ainda mais o interesse de quem acessa a página. Além disso, um perfil de rede social precisa estar em movimento. A interação não se dá apenas pelos dados inseridos, mas pelo fomento contínuo dos *posts*, ou seja, de uma escrita de si¹⁴ que vai aos poucos sendo construída pelo dono do perfil. Trata-se de frases de efeito, relatos do dia a dia, imagens, sinais, textos poéticos, enfim, todo um universo de possibilidades que a linguagem e a necessi-

11 Não se trata aqui do verbo confessar no sentido religioso, disposto pelo sacramento da penitência católica, mas num sentido mais amplo, tal como utilizado por Foucault, dentro daquilo que ele entende como dispositivos de produção de discursos. Para maior aprofundamento do tema nos textos do próprio filósofo, consultar *A história da sexualidade* e os cursos ministrados no *Collège de France*.

12 Podemos citar entre outras redes sociais o LinkedIn, voltado para interesses profissionais, ou o Flickr, que reúne apaixonados por fotografias, bem como o Snapchat, que permite o compartilhamento de imagens e a imediata exclusão dos arquivos etc.

13 No Brasil, apesar da grande desigualdade social e do câmbio desvalorizado, que encarece os produtos tecnológicos, o consumo de *smartphones* e *tablets* não para de crescer. De acordo com o site IDGNOW, especializado em pesquisa de tecnologia, acredita-se que o país terá mais de 70 milhões de usuários de *smartphones* em 2017. Cf. <www.idgnow.com.br>.

14 O termo “escrita de si” não foi colocado ingenuamente nesse texto. O próprio Foucault se utiliza da expressão na última fase de sua vida, no momento em que estudava e pesquisava os antigos como fonte de uma negação da subjetivação por ocasião da ascensão. Para tanto, vale a pena a consulta aos cursos ministrados no *Collège de France* no início da década de 1980: “Hermenêutica do sujeito”, “A coragem da verdade” e “O governo de si e dos outros”.

dade de expressão oferecem. Um perfil de rede social, para existir, ser percebido e se relacionar, precisa se postar.

Nesse sentido, a escrita de si suscitada pelas redes sociais favorece o surgimento de uma plataforma bem consolidada de interação entre os indivíduos que, pouco a pouco, se colocam, se apresentam com todas as suas peculiaridades e interesses, conforme o exigido e incitado pelas plataformas digitais. Quanto mais se posta, mais se existe, mais a face virtual dos indivíduos supera a dicotomia com o real e mais se evidenciam as opções, minúcias e determinações de cada um. O detalhe conta. E por contar, precisa ser confessado de maneira quase que instantânea, no qual a adesão à incitação coletiva se torna mais forte do que a possibilidade do mistério e da recusa de si mesmo como estratégia. O exame detalhado de si mesmo é colocado à tona, como o palco frágil da consolidação dos sujeitos, cada vez mais subjetivados pelos interesses das plataformas e dos assuntos a serem abordados. Ao invés de sujeitos que se posicionam, se recriam e se recusam, indivíduos subjetivados pelas lacunas a serem preenchidas no interior das plataformas digitais. Confessa-se o que se espera, pois pergunta-se o que se tem interesse.

4. Política e subjetivação nas redes sociais

Dentro dessa perspectiva, vale destacar as novas formas de participação política realizadas pela internet e a relação disso com o processo de subjetivação apresentado por Michel Foucault. Trata-se, portanto, de verificar se tais mecanismos de incitação discursiva, ao invés de produzirem indivíduos

autônomos, capazes do uso da palavra para a manifestação democrática, não se submetem às pautas e exigências das plataformas digitais, subvertendo o sentido político e tornando-se refém do exame disciplinar, permitido e suscitado pelas próprias redes sociais e seus interesses econômicos.

No Brasil, em junho de 2013, o fenômeno dos protestos pela redução das tarifas de transporte coletivo das grandes capitais tomou proporções gigantescas no interior das redes sociais. Em pouco tempo, a disseminação das reivindicações dos estudantes e dos movimentos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade ganhou todo o país e se tornou um dos principais assuntos políticos difundidos pelo Facebook, Twitter entre outros. A mobilização foi instantânea e a pauta se tornou de todos, evocando as manifestações de rua ocorridas naquele mês, com repercussão incrível, raras vezes presenciada no país. Parecia que as redes sociais tinham se tornado o verdadeiro instrumento de mobilização coletiva, de disseminação de ideias e de convocação dos cidadãos. Os perfis haviam decidido ocupar as ruas. A propagação das reivindicações, das estratégias dos protestos, das táticas de confronto com a polícia permitiu com que o conteúdo de fundo das mobilizações fosse amplamente divulgado e chegasse a todos, sem exceção. O resultado foi inevitável. Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas em várias capitais e, na maioria dos casos, conseguiu-se a redução das tarifas do transporte coletivo, tal como se pretendia no início das manifestações.

Todavia, o que se seguiu às manifestações foi a tomada dos mecanismos de participação popular por todas as formas possíveis de contestação. A pauta do transporte público

aos poucos foi sendo deixada de lado e subsumiu diante das outras questões, suscitadas sobretudo pelos setores mais conservadores e pela própria elite política e econômica do país. Vislumbrou-se nos manifestos de junho mais do que a potencialidade de manifestação da população, mas a possibilidade de incitação discursiva, seja para qual objetivo que fosse necessário, ou desejado. Mais do que o conteúdo, a forma e a possibilidade de se manipularem multidões pela capacidade de se produzirem discursos e compartilhar o ressentimento acumulado.

Não por acaso, a campanha pela eleição presidencial de 2014 foi marcada por uma guerra ideológica nas redes sociais. Mais do que apresentar argumentos, tornou-se fundamental tomar partido, objetivar-se em posições predeterminadas, assumir trincheiras, postar e compartilhar toda forma de ataque contra o adversário, sem a necessidade da proposta concreta ou da discussão de temas públicos. A veracidade dos fatos, diante da escalada subjetivante, pouco importava. Assim, a guerra ideológica passou a habitar o território das incitações discursivas, dos *memes*, dos *slogans*, dos *posts*, e não mais o do confronto de ideias ou de posições. Do palanque ao Facebook, o discursivo se enquadrou nos interesses exteriores à própria democracia e passou a residir na capacidade de arregimentação dos eleitores que, um a um, se filiavam nas plataformas digitais, de acordo com o conteúdo a ser compartilhado ou reproduzido, como uma fala saída do interior de si. Ou, como uma fala depositada, sobreposta sobre o “si” de cada indivíduo. A plataforma serviu como lugar de acomodação dos interesses, muitas vezes diferentes dos próprios indivíduos, mas viável pela facilidade de expressar suas

posições, ainda que não produzidas por si mesmos. Mais do que ferramenta, um mecanismo de incitação coletiva.

Desse modo, a participação política suscitada pelas redes sociais digitais apresenta em sua forma as contradições de ser mecanismo de mobilização popular, mas também de reprodução de interesses. A mesma palavra usada para se manifestar politicamente é usada como instrumento de continuidade, de calamento, de silêncio das possibilidades da democracia, sobretudo das singularidades, sufocadas pelas plataformas e sua necessidade incitação discursiva. Falar torna-se, nesse sentido, também uma forma de calar, de se subjetivar no discurso exigido e repetido na dinâmica das redes sociais. Se a democracia é o espaço do uso da palavra, do discurso como resultado de um processo da razão, ou de manifestação das contradições da própria razão, percebe-se nos procedimentos de proliferação discursiva das redes sociais o ocultamento da palavra na medida em que cada indivíduo se torna o reprodutor de um “si mesmo” subjetivado pela incitação, pela confissão exigida pelos saberes-poderes “democráticos”.

A internet, nesse caso, mais do que colaborar na produção de conteúdo e de contestação à dominação política e econômica, pode suscitar mecanismos de difusão da própria dominação, nos quais os personagens que se postam, nada mais fazem do que deixar de lado o verdadeiro sentido oculto das palavras não ditas, dos detalhes do poder e se submetem cindidos pela expectativa disciplinar e suas exigências. Posta-se para tomar partido, para se subsumir aos interesses propostos sejam eles quais forem e não para se manifestar na verdade

que excede os mecanismos e suas estratégias. Enfim, para se tornar conceito. Mais do que sujeitos, subjetivados.

Nessa perspectiva, a própria noção de ativismo digital enfrenta o desafio paradoxal de ultrapassar a fronteiras das estratégias de dominação e ao mesmo tempo não perder a força veloz de mobilização que ela proporciona. O dito e o não dito das manifestações via internet se intercalam, se coadunam e habitam o território marcado pela linha tênue que separa a democracia da submissão. Se por democracia se entende a possibilidade do uso da palavra no sentido público, no intuito de discutir os problemas da cidade, as redes sociais colaboram para a viabilização desse mecanismo. Todavia, se para além da viabilização discursiva, utilizam-se as plataformas digitais para reproduzir e incitar discursos predeterminados pelo poder dominante, o uso da palavra se torna antidemocrático e, quiçá, opressor. *“Mas, a sociedade também possui mecanismos estabilizadores e fortalecedores da trama social que não esmagam e sim criam indivíduos sujeitos e sujeitados pelo poder e pelo saber das práticas disciplinares. Se há uma verdade do sujeito, seria esta: sujeitos tornados objetos”*.¹⁵

No conceito de subjetivação foucaultiano percebe-se o uso da palavra também como lugar de submissão, na medida em que o objeto do qual se fala também diz os sujeitos. Nesse sentido, pode-se perceber que no caso das manifestações de junho de 2013, o que se seguiu foi uma forte apropriação dos mecanismos de viabilização discursiva pela elite e pelas forças reacionárias e conserva-

doras do Brasil. No início de 2015, com a ascensão dos movimentos de reação ao governo Dilma Rousseff, sobretudo por movimentos como REVOLTADOS ON-LINE, VEM PRA RUA etc., notou-se uma articulação política de resistência à própria democracia, à própria exteriorização da vontade popular das eleições, na medida em que se fermentou a possibilidade de um processo de derrubada da presidenta. Nesse processo, é nítida a difusão de ideais contrários aos das manifestações de junho de 2013. Se lá as reivindicações passaram por uma organização coletiva, feita a partir de uma pauta específica, como foi o da tarifa de ônibus, aqui, o foco passa a ser a própria institucionalização democrática.

O ativismo digital que se propunha a ser espaço de contestação e manifestação da palavra de cada indivíduo passou a ser o lugar da reprodução de uma vontade sem nome, de um povo subjetivado por interesses não obstantes alheios à objetividade. Assim, a subjetivação alcança o seu estágio final, quando pouco importam a pauta, o conteúdo abordado, o aprofundamento de uma questão específica, mas sim o resultado esperado e exigido pelos incitadores discursivos. As plataformas digitais terminam por pulverizar os temas específicos da cidade e se perdem no embate ideológico, para além da própria democracia.

Desse modo, o papel político dos indivíduos é reorganizado, redistribuído e reinventado a partir das plataformas digitais em suas peculiaridades de difusão e alcance. O próprio conceito de “participação política”, quando submetido à lógica das plataformas digitais subjetivantes se altera. De uma participação que tem o uso da palavra como referência, passa-se à lógica do compartilhamento.

15 ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: UFPR, 2008, p. 124.

mento, da ausência do sujeito, da submissão do indivíduo à lógica incitadora, da qual a participação escapa à manifestação da vontade, ou da própria posição sobre o tema, seja lá qual for. *“No discurso, o sujeito não é aquele que pensa e fala: é aquele que não tem uma relação permanente consigo, não tem um “consigo mesmo” contínuo. Não importa saber quem é o autor da formulação, mas se alguém enunciou algo ele só pôde fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador dos enunciados de uma época”*.¹⁶

Trata-se de ver, no conjunto dessas relações microfísicas, um processo no qual a tecnologia possibilita o calamento do sujeito, quando não, o seu próprio desaparecimento. Subsumido na dinâmica de incitação e de exigência de posicionamento, cada indivíduo pouco pode para se recusar a esse mecanismo. O poder, de uma instância central, única, objetivada no Estado ou em um grupo político, agora é disseminado nas relações discursivas e subjetivantes das plataformas digitais, que se correlacionam, incitando falas que já não falam. Palavras caladas, invertidas, nas quais o ser já não tem rosto ou forma, distinta das expectativas das estratégias microfísicas do poder.

5. Estratégias de recusa: a tecnologia à serviço da construção das singularidades

Por fim, trata-se de vislumbrar o ativismo digital para além das formas, numa recusa constante aos modos de verificação, de dizer verdadeiro propostos pelos mecanismos de poder. Isso implica um posicionamento que escapa à própria lógica dos

perfis e dos compartilhamentos. A democracia, em tempos em que o sujeito moderno parece fadado ao fim, precisa ter a coragem do ultrapassamento do mesmo sujeito, submetido às estratégias de dominação. Os indivíduos, nesse sentido, mais do que chamados a se confessarem nos posicionamentos ideológicos, ou nas exigências das coletividades, podem descobrir um caminho novo, onde as plataformas deixem de ser os meios e passem a ser percursos, não em direção a um objetivo predeterminado, mas às singularidades, territórios únicos de um modo de ser outro, onde a palavra, mais do que objetivante, se torna o cenário de um outro mundo possível.

A construção das singularidades, nesse sentido, deve partir de uma recusa aos mecanismos de incitação discursiva propiciada pelas redes sociais e pelas tecnologias. Traduzir as tecnologias como instrumentos de construção do indivíduo, como algo que ultrapassa os conceitos, as exigências de postagens, a pertença a grupos polarizados, ao compartilhamento instantâneo de imagens ou discursos prefabricados. Recusar, aqui, não significa não se utilizar das redes sociais como ferramentas preciosas da comunicação, mas perceber que cada indivíduo, ao se servir desse instrumento, pode se negar a reduzir seu papel político como mero expectador e compartilhador dos discursos.

Trata-se de não abrir mão do papel reflexivo da própria razão, do estranhamento aos objetos que o fazem subjetivar-se nas práticas coletivas de posicionamento esperados. A singularidade como recusa, nesse sentido, ocupa papel fundamental na construção de novas relações políticas e da própria democracia. De sujeitos subjetivados e produzidos pelas estratégias tecnológicas,

¹⁶ *Ibidem*, p. 105.

para indivíduos singulares, únicos, mas infinitamente livres pelas possibilidades de se reconhecerem sempre para além de qualquer redução ou perfil.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: UFPR, 2008.

BARBOSA, B. Forte, ativismo digital incomoda mídias, mas sofre ameaças e riscos. *Revista Adusp*. p. 74-79, Maio 2013.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

_____. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. 26. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

MOTTA, M. B. (Org.) Foucault. In: *Michel Foucault: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos. Vol. V).

REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.